

relativamente ao tipo de contrato, condições e possível
cessação do mesmo e o sócio Joel Matheus
relativamente ao mesmo assunto, considerando este
não haver vantagens na legalização da piscina
em nome dos "BOAS".

Terminado este assunto o Presidente da Assembleia
passou ao ponto cines.

Esclareceu os sócios quanto às vantagens das
Atas serem aprovadas em minuta e colocou
o assunto a votação, tendo sido aprovado
por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da
Assembleia Geral deu a sessão por terminada.

Desta reunião elaborou-se a presente ata, de imediato
submetida à Assembleia Geral, votada e aprovada
por unanimidade, sendo assinada por todos os
elementos da mesa:

Presidente da Assembleia: José Luis Rezau

1º secretário: Ana Elc Matos

2º secretário: João Manuel Costa Antas

ATA Nº 98

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de
dois mil e dezoito reuniu em sessão ordinária
a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente
de Ega, na sua sede, sita em Casal do
Rosário - Ega, concelho de Condeixa-a-Nova,
convocada para as vinte horas e trinta
minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Relatório e Conta do exercício
de 2017 (dois mil e dezanove)

a) Apresentação e discussão

b) leitura do parecer do Conselho Fiscal

c) votação para aprovação dos respectivos
documentos.

Ponto dois - AtualizaçãO da quota mínima na admissãO de sócios.

Ponto três - ConstruçãO da E.R.P.I/dar, com Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

a) Ponto da situaçãO;

b) InformaçãO sobre o seu funcionamento

Ponto quatro - ApropriaçãO, em minuta, da ata da presente reuniãO.

Por não se encontrarem presentes, a maioria dos sócios, com direito a voto à hora marcada, a sessãO teve início meia hora depois, nos termos do Artigo 31º - 1 dos Estatutos.

O Presidente da Assembleia Geral deu início à sessãO saudando os sócios, lembrando de seguida que a acta da reuniãO anterior ~~foi~~ aprovada em minuta.

Posto isto, passou a palavra ao Presidente da DirecçãO para dar início ao ponto um da ordem de trabalhos.

O presidente da direcçãO fez algumas considerações sobre o Relatório de Actividades, bem como sobre o Relatório e Conta de Gerência, referentes ao ano dois mil e dezassete, passando a palavra aos técnicos responsáveis pela elaboraçãO dos mesmos, para apresentaçãO destes documentos.

Primeiramente foi apresentado o Relatório de Actividades, destacando a Diretora Técnica, Ana Sílvia Menteiro os seguintes pontos:

- A não concretizaçãO das actividades relacionadas com a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, excepto a elaboraçãO de um Contrato de Alojamento e PrestaçãO de serviços, bem como de uma proposta de Regulamento Interno, previstos nos processos/documentos a elaborar, tendo em conta que ainda não se deu início ao funcionamento desta Resposta Social.
- A contrataçãO de alguns colaboradores a integrar

na nova resposta social.

- A concretização da festa e sete horas de formação para todos os elaboradores, na área da geriatria, ministrada pelo Centro de Emprego de Coimbra.
- A continuidade das parcerias, com a Segurança Social, Câmara Municipal de Condeixa, Escola Fernando Namora, Escola Superior de Educação, entre outras. Mantendo a sua elaboração com a Contínua Social, FEAC - POAPME, C.P.C.J.,endimento Social de Inserção, entre outras.
- A elaboração e desenvolvimento do PDS 3G, terminando a sua apresentação, com uma breve explicação sobre as atividades de animação desenvolvidas nas Respostas Sociais, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Em suma, verificou-se que as atividades propostas em Plano de Ação, foram na sua maioria concretizadas, com o esforço e dedicação de todos.

Naõ havendo questões o presidente da Assembleia Geral passou a palavra ao Contabilista Certificado da Instituição, Dr. José Pedro Nuno Antunes, para apresentação do Relatório e Conta do Exercício de dois mil e deza e sete.

O Técnico iniciou a sua apresentação com a análise do Balanço, tendo considerado sobre as seguintes rubricas: Outras Contas a Receber e Deferimentos, Caixa e Depósitos Bancários, Passivo e Fundos Patrimoniais. Relativamente à Análise da Demonstração de Resultados na Rubrica de Gastos destacou o Custo com as Matérias-Primas Consumidas, o Custo com Funecimentos e Serviços Externos, os Gastos com Pessoal, os Gastos de Depreciação dos Ativos Fixos e Outros Gastos e Perdas.

Concluindo que o total de gastos no ano dois mil e deza e sete foi de quatrocentos e quarenta e três mil setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e seis centavos.

verificando-se um aumento de quatro mil oitocentos e sessenta e seis euros e dezassete cêntimos, comparativamente ao ano de dois mil e dezasseis, ou seja mais oito vírgula cinquenta e três por cento. Quanto aos Rendimentos desta e da Prestação de serviços da Instituição, os Subsídios à Exploração Outros Rendimentos e Ganhos e por fim os juros. Concluindo que o Total de rendimentos do ano dois mil e dezassete foi de quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros e setenta e cinco cêntimos, verificando-se um aumento de mil oitocentos e um euros e noventa e quatro cêntimos, comparativamente ao ano dois mil e dezasseis ou seja mais zero vírgula o zero quatro por cento.

Para terminar a sua apresentação concluiu que no ano de dois mil e dezassete o Conto Social Polivalente de Ega obteve um Resultado líquido do exercício, Negativo no valor de dezasseis mil cento e sessenta e três euros e oitenta e seis cêntimos, que vai ser transferido para Resultados Transitados.

Não havendo questões o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, para que este se pronunciasse sobre o respetivo Relatório e Conta de Gerência.

O Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura da Ata número vinte e cinco aprovando os respetivos documentos (Relatório de Atividades e Relatório e Conta de Exercício de dois mil e dezassete).

O Relatório de Atividades e o Relatório e Conta de Gerência de dois mil e dezassete, que para todos os efeitos se dá aqui por transcritos, ficando apenas a esta ata, foram de imediato colocadas a votação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido aprovados por unanimidade.

Para dar continuidade à ordem de trabalhos o

Presidente da Assembleia Geral passou a palavra ao Presidente da Direcção, Dr. Manuel Branco, que fez um parêntese para apresentar a sua preocupação com os resultados do Exercício, mas que considera os encargos apontados como mais preocupantes, encargos de manutenção e funcionamento do novo edifício, pelo que os considera um investimento.

Posto isto passou ao ponto dois da ordem de trabalhos, procedendo à leitura da Proposta da Direcção para a actualização da quota mínima mensal dos sócios de cinquenta cêntimos para um euro, ficando este documento apenso à ata.

O sócio Carlos Bicho fez questão de intervir reforçando a proposta da Direcção, considerando o valor bastante razoável.

Não havendo dúvidas ou questões o Presidente da Assembleia Geral colocou a proposta a voto, tendo sido aprovada por unanimidade.

Relativamente ao ^{ponto} três da ordem de trabalhos, alínea a) ponto de situação da E.R.P.I. com cento de Dia e S.A.D. acoplados, o presidente da Direcção verbalizou que a obra estava pronta, mas que o processo burocrático era extenso e difícil, ^{para} para a obtenção da licença de utilização (solicitada à Câmara Municipal) e a licença de funcionamento (solicitada à Segurança Social) dependiam estas licenças de diversos certificados, tais como o certificado energético.

Comprometendo-se a continuar a tentar desbloquear esta situação o mais rápido possível, até mesmo porque deles dependem a subscricção ou candidatura aos Acordos de Cooperação.

Relativamente à alínea b) informações sobre o seu funcionamento o presidente da Direcção

explicou aos sócios que embora a Instituição tenha um enorme respeito pelos seus sócios estes não podem ter vantagens directas relativamente ao I.S.R.P.I., conforme consta no seu Regulamento Interno.

Continuou a sua explicação informando os sócios que embora já existam cento e setenta e cinco inscrições para a Resposta Social e R.P.I., mais de dois terços dos candidatos não serão admitidos, pois os Acordos de Cooperação não cobrem a totalidade das vagas e ainda há que retirar os lugares destinados às Vagas Cadivas da Segurança Social, restando provavelmente trinta e nove vagas das sessenta existentes.

Outro factor a ter em conta para a selecção dos candidatos e preenchimento das vagas é a sustentabilidade da Resposta Social, pois embora um dos critérios de selecção principais seja a situação económica dos candidatos, a Instituição tem que procurar um equilíbrio, para que no final não tenha prejuizo ou um resultado digno do negativo. Ainda tendo em conta a selecção dos candidatos e as mensalidades, que ao contrário do previsto em dois mil e dezassete €, custo médio por utente será superior estimando-se em cerca de mil euros pelo que a mensalidade deverá ser superior a quinhentos e setenta euros, prevendo-se o valor de seiscentos e trinta ou seiscentos e cinquenta euros.

A Instituição pretende chegar ao fim do ano ^{passado} sem lucros mas também sem prejuizo.

Não havendo questões o Presidente da Assembleia Geral passou ao ponto quarto, colocando a Ata para aprovação em minuta, tendo sido

aprovada por unanimidade.

Por nada mais haver a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, pelo que se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela mesa, constituída pelo

Presidente da Assembleia: José Luis Roben

1º Secretário: Arabela da Paz Marques Martin

2º Secretário: João Manuel Costa Costa